

# Educação e desenvolvimento

REVISTA BRAZILENSE

ALOISIO SOTERO

- 2 SET 1985

A compreensão de que o mero crescimento econômico não seria suficiente para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento fez com que se evoluísse para o conceito de "desenvolvimento integrado" no qual haveriam de ser consideradas as diversas dimensões da realidade social. Daí o surgimento da exigência de se programarem ações concentradas geograficamente que procurassem responder às necessidades sociais de educação, trabalho, renda, comunicação, comercialização e outras.

Constatou-se, entretanto, que essas ações tinham, de fato, apenas a característica de simultaneidade no tempo e no espaço, o que está longe ainda do significado pleno de integração. Mais do que isso, as instituições passaram a defender sua área específica de ação, desenvolvendo rotineiramente suas atividades. Assim, desviaram-se do alvo e o resultado foi, muitas vezes, "conflito ou paralelismo", mas pouca integração. Em reação a esse quadro distorcido de integralidade, levantaram-se propostas de grupos técnicos que visaram assumir o acompanhamento do processo como um todo, pensando que, assim, garantiriam o real desenvolvimento.

Tampouco, desta feita, se conseguiu a integração almejada, desviando-se em direção oposta à anterior, e verificando-se a perda da especialidade nas ações institucionais.

Exemplos de tal situação seriam técnicos em agropecuária preocupados, primordialmente, com problemas de saúde, e discussões conscientizadoras, descuidando-se da orientação técnica aos agricultores; educadores discutindo problemas produtivos da comunidade, organizando ações de saúde, em detrimento da ação precípua de ensinar a ler, escrever, calcular etc.

Esta tendência observada na operacionalização da idéia de integração institucional para o desenvolvimento parece não significar avanço, pois esvazia os serviços específicos que a comunidade necessita e gera um paralelismo dispendioso. A integração das ações não se concretiza apenas com a "simultaneidade" nem com a "monopolização" das ações institucionais. Ela tem significado mais amplo a ser definido claramente — a fim de que caminhadas bem intencionadas para o desenvolvimento não resultem em fracasso.

O desenvolvimento de uma sociedade ganha seu significado pleno quando é concebido como processo auto-sustentado de melhoria de qualidade de vida, processo que deverá ser gerido através da integração responsável e qualificada, das instituições que a compõem.

Assim definido o desenvolvimento, a integração passa

a ser característica que está implícita na realidade social, e não uma construção tática dos projetos e programas. Por sua vez, o conceito de "qualidade de vida", neste contexto, deve ser entendido como um conjunto de necessidades econômicas, políticas e culturais, definidas pelos próprios grupos em processo de desenvolvimento.

O setor educacional, como participe da busca de integração institucional no esforço para o desenvolvimento, vem passando pelas mesmas dificuldades de seu macro-sistema. Sua missão maior é transmitir, de geração para geração, o conjunto de instrumentos e significações econômicas, políticas e culturais que asseguram a continuidade do processo histórico e a unidade da Nação. Em sua ação característica de ensinar e provocar a aprendizagem, a escola amplia a socialização dos indivíduos e lhes revela possibilidades concretas de participação na vida social, além de possibilitar-lhes o estabelecimento de padrões individuais de qualificação.

Saúde, tecnologia, participação política, trabalho, renda e a própria educação, como necessidades básicas, são assuntos sobre os quais as ações educativas deverão ocorrer. A instituição escola, em sua função socializadora, estará, assim, estimulando a análise dos deve-

res e direitos dos cidadãos e o questionamento de sua "qualidade" de vida. Estará, também, debatendo formas alternativas de ação que venham a oferecer instrumentos necessários para o alcance do bem-estar social pretendido. Sua contribuição maior para estes alvos pode não ser, então, construir, em mutirão, uma escola ou um posto de saúde, cultivar uma horta escolar para distribuir alimentos, ensinar o trabalho agrícola a filhos de agricultores, fazer festas na comunidade.

Será, sem dúvida, mais importante entender que a saúde é um direito, do que construir postos de saúde; compreender que a saúde, como responsabilidade do indivíduo, da comunidade e do Estado, é uma condição necessária ao trabalho. Será mais importante entender qual a participação do grupo na economia da região, do Estado e da Federação; quais os entraves que impedem a apropriação de maior parte da renda gerada pelo trabalho, do que ensinar a trabalhar a terra.

A articulação das ações do setor educacional com ações de outros setores sociais não deve, portanto, implicar a descaracterização das ações educativas, mas na fixação dos conteúdos dessas ações, consideradas indispensáveis para a melhoria da "qualidade de vida". É nesta perspectiva que o setor educacional terá que buscar cumprir, com coragem, sua missão. Nisto consiste o grande desafio que a sociedade lhe impõe.